Prefeitura de Fortaleza

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO

Data	09.12.2019 Horário: 15h	
Local	Sala de Reuniões – 2º Andar - SEPOG	
Participantes	Bancada do Governo	EUDORO WALTER DE SANTANA (Representante Titular do IPLANFOR); JOSÉ LEITE JUCÁ (Representante titular da PGM); JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO (Representante Titular da SEFIN); LUCIANA MENDES LOBO (Representante Titular da CGM); LÚCIO ALBUQUERQUE BRUNO (Representante Titular da Coordenadoria Especial de Articulação Política); PHILIPE THEOPHILO NOTTINGHAM (Representante Titular da SEPOG).
	Bancada dos Servidores	ANDERSON DA SILVA RIBEIRO (Representante Titular do SINDIFORT); ANTONIA NASCELIA (Representante Titular do SINDIFORT); JAMAL FORTE CARVALHO (Representante Titular – SINDIGUARDAS); MÁRIO CÉSAR CHAVES NUNES (Representante Titular - SINDIFAM); MESSIAS CARLOS DE SOUZA (Representante Titular do SINDSAÚDE); VICENTE LOBO NETO (Representante Titular – SINDIURB).
Convidados	RICARDO CESAR XAVIER N SANTIAGO (Superintendente do IPM) e RODRIGO MACEDO (Procurador Administrativo da PGM)	

Pauta da Reunião
Reajuste Geral dos servidores para 2020

Ata da Reunião
1. O Secretário da SEPOG, Coordenador Geral da Mesa Central, deu boas vindas a todos e iniciou a fala apresentando o "Programa Mais Ação" e outros informes de interesse, tais como: o quadro de concursos realizados na gestão Roberto Cláudio (2013-2019), ressaltando que a previsão até 2020 é chegar a 5.999 novos servidores; automação e virtualização dos processos administrativos via Sistema de Protocolo Único (SPU); sanear as inconsistências do atual sistema informatizado de RH através da implantação do novo "Sistema RH Folha"; impactos da Emenda Constitucional nº 103/2019 nos Municípios, dando destaque ao fim das incorporações de cargos comissionados e o valor da alíquota de contribuição previdenciária. Foi comunicado ainda a aplicação do desconto do IPM Saúde na parcela do 13º salário, em obediência à Lei nº 8409, de 24/12/1999, publicada no DOM de 28/12/1999, que dispõe sobre a assistência à saúde dos servidores. 2. Nascélia Silva, representante do SINDIFORT, entregou a Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial de 2020, seguida do representante da FRENTE SINDICAL, Mário César, que ponderaram sobre a reposição salarial da inflação e perdas no período de 2013-2019, totalizando 9,9978%, em janeiro de 2020. Enfatizaram que a Prefeitura é obrigada a conceder reajuste anual aos seus servidores, e repor as perdas salariais ocorridas. A representante do SINDIFORT lembrou a necessidade de enviar projeto de lei à Câmara Municipal concedendo o reajuste do Piso Salarial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias e Professores. 3. Foi sugerida pelos representantes das entidades sindicais reunião específica para tratar das novas normas da Previdência Social. Os representantes da Mesa acordaram a data para 22 de janeiro, às 15:00 horas, na SEPOG.

4. Dr. Philipe ressaltou que a pauta a ser discutida nesta reunião é unicamente a proposta do índice de reajuste para 2020, e que posteriormente poderá ser agendada reunião da Mesa Central para discussão de outros itens apresentados pelas entidades sindicais.
5. O Secretário das Finanças, Dr. Jurandir, ressaltou a preocupação com a Reforma Tributária Nacional. É importante que todas as entidades sindicais do Brasil se unam para combater a possível perda da autonomia financeira dos Municípios.
6. Luís Cláudio, representante do SINASCE, abordou o reajuste do Piso Nacional dos ACS e ACE. Lembrou que essa foi uma conquista da categoria. Solicitou que fosse enviado com a maior urgência novo Projeto de Lei à Câmara de Vereadores estabelecendo o piso no valor de R$ 1.400,00 a partir de janeiro de 2020, em cumprimento à Lei Federal nº 13708/2018.
7. Dr. Philipe citou que a proposta do Governo é conceder a reposição da inflação, sendo antecipado o percentual de 3% (três por cento) a partir de 1º de janeiro de 2020 e, posteriormente, após publicação do índice oficial do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), seria enviado novo Projeto de Lei à Câmara concedendo reajuste adicional. Os representantes sindicais indagaram da possibilidade de conceder um percentual superior, visto às perdas salariais ocorridas nos exercícios anteriores que não foram repostas. O Procurador Geral, Dr. José Leite, lembrou que a Lei Eleitoral proíbe a concessão de reajuste superior à reposição da inflação.
8. Dr Philipe ressaltou que o orçamento com pessoal está chegando a 49%, quando o limite é de 53,1%. Não é recomendado sair desse patamar e arriscar bater o teto já que temos crescimento vegetativo também, resultado de promoções e progressões previstas nos vários PCCS implantados.
9. Os representantes das entidades solicitaram que o reajuste do valor do auxílio alimentação fosse acrescido de pelo menos R$ 1,00 visto que aplicando apenas o índice de 3% não representava nada.

Encaminhamentos

Em linhas gerais foram acordados os seguintes itens:

a) Reajuste da remuneração geral para todos os servidores de 3%, sendo implantado já na folha de janeiro de 2020, e no mês de fevereiro, será pago o eventual acréscimo de diferença no percentual consolidado do IPCA, que será divulgado pelo IBGE somente em janeiro;
b) Reajuste adicional para cumprimento do piso dos ACS/ACE e dos professores a ser enviado à Câmara em fevereiro de 2020;
c) Reajuste do Auxílio refeição, a ser acordado com o COGERFFOR;
d) Próxima reunião da Mesa Central ficou agendada para 22/01/2020, na SEPOG.